

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, bom dia. Bom dia, deputados Paulo Duarte, Zeca do PT, Coronel David, meu companheiro, e Marcio Fernandes. Senhor presidente, informo a Vossa Excelência que não há ata a ser lida hoje.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo ata a ser lida, passo a palavra ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 05 de fevereiro de 2025: Ofício nº 168.0.073.0191/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto para alteração da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, regulamentando o auxílio-invalidez; Ofício nº 5.112/2024, da Presidência da República, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3695/2024); Ofício nº 0747/2024, da Caixa Econômica Federal, encaminhando informação sobre contrato de financiamento celebrado com a Caixa Econômica Federal, com recursos dos depósitos do FGTS (Prot. nº 4096/2024); Ofício nº 1-0740/2024, da Caixa Econômica Federal, encaminhando contrato de repasse celebrado entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – MS e a Caixa Econômica Federal (Prot. nº 4089/2024); Ofício nºs 2.834 e 2.835/2024, do Ministério da Saúde, respondendo a requerimento e indicação, respectivamente, da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3560, 3513/2024); Ofício nº 856/2024, Ministério da Saúde, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3560/2024); Ofício nº 1.122/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Comarca de Bonito, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3610/2024); Ofícios nºs 20 e 21/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT e Pedro Kemp (Prot. nº 3802, 3962/2024); Ofício nº 387/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3966/2024); Ofícios nºs 18.387, 18.760 e

19.432/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Gleice Jane e Renato Câmara (Prot. nº 3854, 1443, 1337/20224); Ofício nº 223/2024, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo (Prot. nº 3603/2024); Ofício nº 4.605/2024, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3545/2024); Ofício nº 723/2024, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Junior Mochi (Prot. nº 449/2024); Ofício nº 2.521/2024, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de Congratulação do deputado Professor Rinaldo (Prot. nº 3949/2024). Senhor presidente, conforme sua solicitação, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de passar para a segunda parte do Pequeno Expediente, mais uma vez lembro aos colegas que iniciamos daqui a pouco com a lista de ratificação dos blocos partidários e das lideranças; estando isso confirmado, passaremos à composição das comissões permanentes. Antes também, por obrigação constitucional, deputado Pedro Kemp, deputada Lia, eu quero fazer uma homenagem. Embora ausente, cumpre assinalar que hoje é aniversário da pessoa mais importante desta vida, que é a minha esposa Kátia. Então, em nome da Casa, dou meus parabéns à Kátia (o Carlos está gravando, vai mandar para ela...). Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Correa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Gostaria que o Carlinhos gravasse também para a dona Kátia, que é a nossa única dama da Assembleia Legislativa (única dama!): vai aqui um Feliz Aniversário para ela também, por parte do deputado Paulo Corrêa e da dona Adriana Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, deputado Paulo Corrêa, primeiro-secretário, nobres pares e a todos que nos acompanham. Presidente, apresento hoje um projeto de lei que dispõe sobre a vedação de músicas e vídeos com letras e coreografias fazendo apologia ao crime, ao uso de drogas, ou contendo conteúdos verbais ou não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares da rede de ensino de Mato Grosso do Sul... Senhor presidente, não estamos inventando a roda, até porque as condutas criminosas mencionadas no dito projeto de lei já estão presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente e no próprio Código Penal. A

inovação do projeto consiste na imposição de sanção administrativa a quem incorrer nessas penalidades, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. O texto também veda ao governo do estado a utilização de dinheiro público na contratação de shows com o mesmo conteúdo. Peço então, senhor presidente, o apoio dos nobres pares na aprovação desse importante projeto. Ontem já discutimos esse projeto de lei com o secretário de Educação, o qual de bom grado recebeu a notícia do projeto, de modo que imagino que a Secretaria de Educação será parceira em sua tramitação e aprovação. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, romântico presidente Gerson Claro, vão aqui os meus parabéns à sua esposa, dona Kátia Claro. Bom dia, colegas e demais presentes. Esta é a nossa primeira sessão do ano, e estamos voltando com alguns problemas do ano passado. Estou reiterando aqui um pedido à Energisa, até porque houve a troca do seu diretor-presidente (agora é o meu xará, o Paulo Roberto dos Santos). Agora em dezembro e janeiro tivemos alguns acidentes com os famosos fios pendurados nos postes de Campo Grande e pelas cidades do interior, inclusive com registro recente de acidente grave. Reitero, então, o referido pedido, solicitando a adoção de ações, juntamente, como ano passado, com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, no sentido da retirada de cabos, fios, cordoalhas ou equipamentos que estejam ocupando a estrutura (postes) de forma clandestina ou que envolvam risco de acidente aos transeuntes. Ano passado, com efeito, foi feita uma operação com a Polícia Civil e a Energisa e foram detectadas centenas e centenas de fios instalados de forma clandestina nos postes espalhados pela cidade: um risco para a vida das pessoas. Portanto encaminho este expediente ao senhor Paulo Roberto dos Santos, para que retome essas operações com a Secretaria de Segurança, através da Polícia Civil. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público que prestigia a nossa sessão presencialmente e através da TV Assembleia, assessores parlamentares, demais assessores da Casa, imprensa presente, meus cumprimentos a todos. Senhor presidente, ano novo mas velhos problemas. Trago um requerimento cujo detalhamento, depois, se houver tempo, farei no Grande Expediente. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado requerimento de informações deste Poder ao Tribunal de Contas da União, solicitando cópia integral do processo Secex-Consenso nº 50500.183287/2014-17, que deliberou acerca da possibilidade de repactuação do contrato de concessão da BR-163 em Mato Grosso do Sul, bem como do Termo de Ajustamento de Conduta relativo às multas aplicadas à concessionária CCR MSVia. Além disso, requeiro que sejam prestadas as seguintes informações adicionais: 1) os últimos valores apurados sobre o excedente tarifário da rodovia BR-163 sob a gestão da CCR MSVia; 2) o valor apurado para indenização da

concessionária CCR MSVia, em caso de descontinuação da concessão; 3) esclarecimento sobre o impacto do excedente tarifário no cálculo de eventual indenização à concessionária, de forma a garantir um encontro de contas entre os valores arrecadados indevidamente e os montantes eventualmente devidos em caso de rescisão contratual. A justificativa, como disse, terei a oportunidade de apresentá-la oralmente da tribuna, no Grande Expediente. Outro requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais e após a anuência do colendo Plenário, a autorização para a reserva do Plenário Júlio Maia para a realização de audiência pública, com o tema "Desafios e Perspectivas na Implementação da Lei Federal nº 15.100/2025", para tratar da proibição do uso de aparelhos eletrônicos portáteis em sala de aula e, ainda, para discutir alternativas de providências e adequações para recebimento dos recursos da complementação do Vaar [Valor Anual por Aluno Resultado/Rendimento], nos termos da resolução — a ser realizada no dia 10 de março deste ano, das 14 às 17 horas. Senhor presidente, aproveito para solicitar aos membros da Comissão de Educação e Cultura (aqueles que obviamente queiram), que assinem como propositores dessa audiência pública. Tenho também, senhor presidente, uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Daher, secretário de Estado de Educação, e ao senhor Frederico Felini, secretário de Estado de Administração, por cópias autônomas, solicitando a análise da possibilidade de revisão da convocação de professores publicada no Diário Oficial nº 11.733, páginas 108 e 109, por meio do Edital 40/2025, em 31 de janeiro deste ano, com especial atenção aos critérios das vagas ampliadas do concurso de professores do estado de 2022, considerando a necessidade de um equilíbrio na distribuição das vagas entre os municípios conforme a demanda existente. Solicita-se a reavaliação do planejamento adotado a fim de garantir que a alocação dos profissionais ocorra de maneira justa e proporcional às necessidades reais de cada localidade. Além disso, requer-se a adoção de medidas que corrijam eventuais distorções na distribuição das vagas, especialmente nos casos em que municípios com demanda comprovada não foram contemplados, enquanto que outras localidades receberam número expressivo de nomeações. Por fim, solicita-se a análise da inclusão de vagas para professores de Sociologia no município de Coxim, visto que há professores aprovados no concurso atuando como temporários, situação que evidencia a existência de demanda efetiva e a necessidade de provimento dessa vaga. Finalmente, senhor presidente, registro uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Niva Nunes Ribeiro, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 3 de fevereiro do corrente, na cidade de Campo Grande. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, apresento uma indicação. Solicito à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a duplicação da MS-40, que liga o município de Campo Grande ao município de Santa Rita do Pardo, e da

MS-338, que liga o município de Santa Rita do Pardo ao município de Bataguassu. Tenho também um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, a reserva do Plenário Júlio Maia para o dia 21 de fevereiro de 2025, das 13h30 às 17h00, para a realização da reunião ampliada do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Era o que tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Registro um requerimento relativamente ao projeto de lei que cria a Comissão em Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da juventude; dei entrada nesse projeto dia 11 de fevereiro de 2020... É necessário criar uma comissão especial de análise para que o projeto ande. "O deputado que este subscreve vem requerer a Vossa Excelência, ouvido o colendo Plenário e em conformidade com o disposto no artigo 53 do Regimento Interno, que seja, através de ato da presidência, criada comissão especial, observando-se a proporcionalidade prevista no artigo 48 do mesmo regimento, com o fim especial de análise do Projeto de Resolução nº 002/2020, que cria a 'Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude', que, com as prerrogativas deferidas no Regimento Interno às comissões permanentes, exercerá suas atividades conforme consta do projeto de resolução que está em apreciação nesta Casa de Leis desde 2020. Considerando a urgente necessidade de fortalecer a defesa dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito desta Casa Legislativa, requeremos a criação de uma Comissão Especial para a análise do projeto de resolução que institui a criação da 'Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude'. O referido projeto está em tramitação desde 2020, e não podemos mais postergar a criação de um fórum institucionalizado para tratar de temas que afetam diretamente a infância e a juventude. A criação desta Comissão Especial, ainda que em caráter temporário, permitirá que esta Casa exerça seu papel de fiscalização, proposição e acompanhamento das políticas públicas voltadas à proteção da criança e do adolescente, garantindo celeridade na deliberação do projeto de resolução que trata da criação da comissão permanente. A defesa da criança e do adolescente é uma prioridade constitucional e um dever inadiável deste Legislativo. Diante disso, instamos esta Casa a aprovar o presente requerimento, garantindo que a pauta avance de maneira ágil e eficiente." É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta primeira Sessão ordinária de 2025. Antes de mais nada, com a sua licença, presidente, quero dar meus parabéns à nossa amiga Kátia Claro. Muita saúde, que Deus a abençoe muito!... Trago uma indicação direcionada ao governador Eduardo Riedel, ao senhor Maurício Simões Correa, secretário de Estado de Saúde, e ao senhor Wagner Roberto Ponciano, o "Wagner da Garagem", prefeito de Fátima

do Sul, solicitando a destinação de recursos para a construção de uma unidade de saúde no distrito de Culturama. A população desse distrito de Fátima do Sul vem enfrentando grandes problemas, vendo-se obrigada a buscar atendimento de saúde na cidade de Fátima do Sul. Necessária portanto essa unidade em Culturama para atender os usuários do SUS do distrito, distante do perímetro urbano que é. Esta reivindicação partiu dos moradores daquela localidade, e não poderíamos deixar de apresentá-la a este Parlamento... Mas o que me traz aqui hoje, presidente, nesta primeira sessão de 2025, é algo que já venho destacando desde meu primeiro ano de mandato, como uma das três representantes femininas no Parlamento estadual. Trago hoje esse debate da violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul. Tivemos no final de semana uma tragédia anunciada; um ex, que não aceitava o rompimento do relacionamento, invade um comércio, mata a ex-namorada e uma amiga dela, depois atea fogo ao comércio e se suicida. Ontem estivemos em contato com a prefeita de Caarapó, a Professora Lurdes, que nos relatou a situação dramática daquele município. Temos aqui, deputado Pedrossian Neto, o programa "Mulher Mais Segura" da Polícia Militar, espécie de "Patrulha Maria da Penha", para monitorar, para realmente proteger essas mulheres assim que elas registram a medida protetiva. Só que lá em Caarapó, assim como ocorre noutras cidades do interior — e nós precisamos enxergar o interior assim como vemos a Capital —, falta efetivo para fazer esse monitoramento. No episódio que referi faltou efetivo, essa mulher registrou a ocorrência; na sexta-feira ela solicitou a medida protetiva... Mas para o projeto "Mulher Mais Segura" da PM de lá, como disse, falta efetivo. Conversando com prefeitos ontem aqui, durante nossa Sessão Solene, ficamos sabendo que essa não é uma realidade restrita a Caarapó, situação semelhante observa-se também, por exemplo, em Itaporã, Amambai... Em Amambai temos uma aldeia com índice populacional bastante grande — e nas aldeias indígenas essa violência contra a mulher parece, infelizmente, até mais latente. Daí o requerimento que trago hoje, endereçado ao governador Eduardo Riedel, ao senhor secretário de Segurança e Justiça, Antonio Carlos Videira. Requeremos informações sobre o efetivo e sobre o funcionamento do programa "Mulher Mais Segura" da Polícia Militar, especificando-se dotação orçamentária, destinação de pessoal, toda a estrutura enfim do programa, principalmente no que tange ao interior do estado. Essas políticas públicas de proteção precisam realmente ser efetivadas. Uma das principais frentes para a proteção da mulher é a concessão da medida protetiva, que afasta os agressores. Para se ter uma ideia, só no ano passado o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul concedeu mais de 6.300 medidas, sendo que, desse total, aproximadamente 2.700 são acompanhadas pelo Promuse, o "Programa Mulher Segura" da Polícia Militar. Este programa faz a triagem, verificando qual o grau de risco, endereço, telefone, para fazer a visita técnica, monitorando ao mesmo tempo os agressores, que não podem se aproximar de suas vítimas: esse programa também é um acolhimento, uma medida de proteção. Nós precisamos trazer esse debate, precisamos avançar... Parece até, deputado João Henrique Catan, que a Lia Nogueira fica batendo sempre na mesma tecla... No meu primeiro ano de mandato, solicitei uma medida emergencial, e gostaria que o governo do estado nos atendesse. Delegacia de atendimento à mulher tem de funcionar vinte e quatro horas! É durante a noite, é na madrugada que essa mulher fragilizada procura as autoridades, mas aí essas delegacias estão fechadas. Fica até cansativo, deputado Paulo Duarte, ficar me repetindo, mas isto é necessário! Isso não

é custo, deputado Pedro Caravina, nosso delegado, isso não é custo para o governo de Mato Grosso do Sul! Não é custo para o estado de Mato Grosso do Sul, que figura aliás de uma forma bastante negativa no mapa nacional da violência contra a mulher. Nós estamos falando em investimento na vida! No resgate dessas mulheres... Estamos, pois, apresentando esse requerimento, e solicito que o nosso governador lance um olhar sensível para essa questão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, para que possamos equipar essas delegacias; para que a mulher, uma vez agredida, possa encontrar essa delegacia de portas abertas, para que possa fazer a ocorrência, para que possa solicitar uma medida protetiva: para que seja acolhida de fato. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, esta Casa ontem viveu um momento diria até histórico. Esta Casa ontem com certeza sentiu-se enobrecida. Refiro-me à qualidade dos pronunciamentos feitos por três deputados desta Casa, os quais gostaria de cumprimentar: deputado Pedro Kemp, deputado Paulo Duarte e deputado Junior Mochi. Com esses pronunciamentos, em nome das suas respectivas bancadas, com certeza esses três deputados demonstraram à numerosa plateia presente ontem na sessão inaugural desta legislatura, a dimensão da qualidade que tem esta Casa na sua representação parlamentar. Portanto quero cumprimentar Vossa Excelência, presidente, que conduziu a sessão, mas particularmente cumprimentar os três deputados que nos orgulharam. Em segundo lugar, senhor presidente, quero já registrar, também orgulhoso, que estou transferindo a liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores à companheira Gleice Jane, que passa a partir de hoje a nos representar como líder da nossa bancada. Por último, apresento um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental e após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à presidente do Banco do Brasil, senhora Tarciana Paula Gomes Medeiros, com cópia ao superintendente do Banco do Brasil em Mato Grosso do Sul, senhor Omar Vasconcelos, solicitando o que segue. Considerando reclamações enviadas a este gabinete parlamentar por agricultores familiares de diversas regiões do estado, os quais relatam sua dificuldade em contratar novos financiamentos junto ao Banco do Brasil, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), requeremos a seguinte informação: por quais motivos os agricultores familiares de Mato Grosso do Sul, que já quitaram financiamentos anteriores, não estão tendo acesso a novas linhas de crédito junto ao Banco do Brasil, para financiamentos através do Pronaf? Justificativa e documentos anexos. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane, a partir de agora líder da bancada do PT.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. É com alegria que estou aqui hoje, quero dizer que sou a primeira mulher a liderar a bancada do PT na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Assumo

a missão com muito orgulho, desse partido pioneiro na luta das mulheres, o primeiro partido a garantir a paridade de gênero internamente, que contribuiu e contribui muito com a luta das mulheres, discutindo sempre as políticas de igualdade entre homens e mulheres no país. Mas venho aqui hoje para apresentar nosso primeiro projeto de lei do ano, projeto importante, que "institui a Política Estadual de Prevenção e Cuidado às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul decreta: Artigo 1º - Fica instituída a Política Estadual de Prevenção e Cuidado às pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências, com o objetivo de prevenção, cuidado e atenção, bem como de adiar sua manifestação, por meio de programas que ofereçam atividades multidisciplinares e orientação à alimentação equilibrada e saudável. Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se demência a síndrome, usualmente de natureza crônica ou progressiva, na qual existe a deterioração da função cognitiva ou da capacidade de processar o pensamento além da que pode ser esperada no envelhecimento normal, afetando a memória, o raciocínio, a orientação, a compreensão, o cálculo, a capacidade de aprendizagem, a linguagem e a capacidade de julgamento do indivíduo, resultante de uma variedade de doenças e lesões que afetam o cérebro, tais como a doença de Alzheimer e demência vascular. Artigo 2º - A Política Estadual de Prevenção e Cuidado às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências será implementada pelo poder público, em conjunto com a sociedade civil, por meio de programas educativos, multidisciplinares, como: atividades físicas, orientações alimentares e outras ações destinadas a prevenir a doença. Artigo 3º - Incentivo ao uso da Medicina baseada em evidências para o estabelecimento de protocolos de tratamento, farmacológico ou não. Artigo 4º - Serão oferecidos cursos e programas de ensino de novos idiomas, instrumentos musicais e espaços de convivência para desenvolvimento de atividades em grupo a fim de estimular a atividade cerebral, a convivência social, a prevenção e o cuidado da pessoa com doença de Alzheimer e outras demências. Artigo 5º - Apoio à atenção primária à saúde e capacitação de todos os profissionais e serviços que a integram. Artigo 6º - Estímulo de hábitos de vida relacionados à promoção da saúde e prevenção de comorbidades. Artigo 7º - Este projeto de lei entra em vigor na data de sua publicação". A apresentação do presente projeto decorre da nossa preocupação com as dificuldades que vêm com o envelhecimento; todos, claro, envelhecemos, mas o ideal é que cheguemos com saúde e com razoável vitalidade aos nossos últimos anos de vida — lembrando que o cuidado com as pessoas com Alzheimer, com idosos enfim, isto acaba quase sempre uma responsabilidade das mulheres... E por falar em mulheres, lembro que a deputada Lia Nogueira referiu aqui dois casos de feminicídio ocorridos já este ano. Também aqui em Campo Grande tivemos uma situação assustadora de tortura... Enfim, todos esses casos com o mesmo roteiro: homens que não aceitam que as mulheres sejam livres. Começamos o ano já com essa preocupação; e estamos recebendo na Casa hoje, mais uma vez, as mães atípicas. São mães que dependem do Estado para cuidar da vida de seus filhos; mães que, durante o período eleitoral, foram criminalizadas, mães cujo movimento foi considerado uma ação política, assim como o foi inclusive esse debate aqui na Assembleia Legislativa. Pois eu faço aqui um convite aos colegas deputados: que possamos compreender melhor esse processo, ajudar essas mães, porque não podemos aceitar que crianças passem também por essa dificuldade, pois não estamos falando aqui somente de mulheres, de mães:

estamos também falando das crianças que estão sofrendo. Essas mães vêm aqui lutar pela dignidade da vida de suas crianças, e se nós defendemos a vida, nós temos de enxergar a vida dessas crianças. Não dá para aceitar discurso religioso em período eleitoral que ignora a vida das crianças de Campo Grande. Esse é então um movimento importante das mães, e eu convido a todos os colegas a que acompanhem esse movimento, a que nos juntemos nessa luta, porque essas mães, essas crianças merecem dignidade. Lembro que na Câmara está em curso também um movimento dos pescadores; estivemos em reunião ontem, numa luta importante em defesa dos rios, das águas, afinal, como temos ouvido sempre: peixe há, o que não há é água. Importante, portanto, fazermos esse debate, travarmos essa luta em defesa do meio ambiente, em defesa das águas, em defesa dos nossos rios, para podermos garantir qualidade de vida, qualidade de trabalho a todas as pessoas aqui. Aproveito para cumprimentar o grupo de aposentados, mais uma vez começando o ano aqui conosco. Ficam então essas considerações, presidente, e renovo o convite ao senhor, a todos, para que acompanhem essas lutas importantes do trabalhador. Obrigada.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa, caros deputados, deputadas, quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. Tenho aqui duas indicações. Indicação. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, para aplicação do inciso II do artigo 153 da Lei nº 1.810/1997. Considerando o compromisso ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul frente aos desafios das mudanças climáticas globais, bem como a necessidade de contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera; considerando que os veículos elétricos representam uma alternativa eficiente e ecologicamente responsável, reduzindo significativamente a dependência de combustíveis fósseis e fomentando o uso de energia limpa e renovável; considerando a existência de previsão legal autorizativa no texto da Lei nº 1.810/1997, que prevê desconto de até 70% no valor do IPVA para veículos elétricos — é a presente para requerer a aplicação do inciso II do artigo 153 da Lei nº 1.810/1997, que prevê desconto de até 70% no valor do IPVA para veículos elétricos. Segunda indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor superintendente regional do Dnit no estado de Mato Grosso do Sul, engenheiro Euro Nunes Varanis Junior, solicitando, em regime de urgência, que seja realizada obra de restauração na BR-267, especificamente no trecho entre o município de Nova Alvorada do Sul e a Unidade Operacional Nova Alvorada do Sul da Polícia Federal. Trata-se de um pedido enviado ao meu gabinete, onde se alega que, muito embora a malha asfáltica do trecho indicado tenha passado por recente restauração, o tráfego pesado tem criado "borrachudos" em curvas, em locais de grande movimentação, colocando em risco a vida dos que por ali transitam. Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, quem nos acompanha pelas redes sociais, Rádio e TV Alems. Antes de apresentar duas indicações, senhor presidente, queria cumprimentar nossos amigos aposentados e pensionistas presentes, aqui reivindicando seus pleitos. Cumprimento também o vereador Fio do Povo, que estava por aí, esteve no meu gabinete, lá de Paraíso das Águas. Deputada Lia, antes de entrar nas indicações, quero me somar a Vossa Excelência em sua manifestação acerca das delegacias da mulher, no que tange às vítimas de violência à noite. A Polícia Civil — e quem está coordenando esse programa é a delegada Cristiane Grossi — está implantando parcerias com os municípios para a instalação das Salas Lilás, inclusive onde há sede de regional. Lembrando que sede de regional é onde existe delegacia de atendimento à mulher — só que tais delegacias atendem de dia, e a senhora pediu plantão noturno. Antes de acontecer esse plantão noturno, o que seria o ideal, a proposta da Delegacia-Geral (que está sendo implantada) é que, mesmo onde há DAMs, funcione a Sala Lilás durante o plantão policial, para que o atendimento das mulheres, de crianças vítimas de violência seja feito nessas salas. Inclusive ela procurou a prefeita de Bataguassu, a Wanderléia, para que seja instalada uma sala dessas naquele município, que é sede de regional, e a prefeita vai instalar, isto está programado para agosto. É uma forma de minimizar os indesejados efeitos dessa situação. O ideal, a senhora tem razão, seria que as Delegacias da Mulher funcionassem em plantão vinte e quatro horas, acho que esse é o desejo do governo, mas depende de estrutura; e enquanto isso não acontece, seria bom termos as Salas Lilás atendendo durante o plantão, porque os crimes de violência contra a mulher acontecem principalmente fora do horário de expediente, Coronel David. Somo-me, portanto, à colega em sua manifestação. Aproveito também para parabenizar a todos os peritos papiloscopistas, afinal hoje é o dia estadual dos peritos oficiais papiloscopistas. Então, em nome da Dani, a presidente do Sinpap, dou meus parabéns a todos os peritos papiloscopistas. Presidente, trago duas indicações que vêm lá de Camapuã, através do professor Jean e de outras lideranças políticas da região. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a instalação de placas de sinalização na MS-338, no trecho entre Camapuã e Ribas do Rio Pardo, alertando os motoristas sobre a presença de ciclistas transitando ao longo da via. A ausência dessa sinalização compromete a segurança de quem trafega pelo local, sendo portanto essencial a adoção de medidas que reforcem a atenção dos condutores, reduzindo-se assim o risco de acidentes. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit do estado, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a realização de análise técnica para viabilizar a instalação de um redutor de velocidade, com a respectiva sinalização, na BR-060, na extensão da avenida Manoel Alves Rodrigues, trecho urbano, nas proximidades do loteamento Parque Alvorada, município de Camapuã, por se tratar de trecho de declive acentuado. São então dois pedidos relacionados à segurança viária, tanto da rodovia federal 060 como da MS-338, que estamos encaminhando, a pedido de lideranças políticas de Camapuã. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas. Gostaria de ratificar as palavras do governador Zeca, que comemorou a fala dos nossos três representantes, que deram uma demonstração inequívoca de conhecimento, de que estão antenados não só com as questões do nosso estado, mas até com as de nível internacional. Nesse início de 2025, na pessoa da professora Mônica, minha colega de magistério, desejo saudar a todos. Cumprimento as mães atípicas presentes, a quem externo a minha tristeza, a minha vergonha pelo fato de vocês se verem obrigadas a entrar na justiça para conseguir o direito de alimentar, de vestir (fralda) os seus filhos. Declaro alto e bom som a minha integral solidariedade para com todas vocês. Senhor presidente, o deputado Junior Mochi apresentou um requerimento solicitando o espaço para uma audiência pública para discutirmos a questão do uso do celular em sala de aula, o qual já assinei. Parabenizo então o deputado Junior, vice-presidente dessa comissão, pela iniciativa. Eu, como presidente da comissão de educação, Pedro, convido a todos os membros titulares, e aqueles que queiram discutir tão importante assunto, a participar dessa audiência. Eu não tenho dúvida dos malefícios causados pelo celular, e não é só na vida do aluno: na vida de todos. Todos nós estamos, infelizmente, viciados em celular, e as consequências não são pequenas. Afeta a todos, mas afeta principalmente a criança, o jovem, no seu momento de aprendizado. Então, discutir esse assunto aqui vai ser importante... Deputada Mara, Vossa Excelência que faz parte também da comissão, dia 10 nós vamos discutir esse tema aqui em audiência pública, o deputado Junior e todos nós da Comissão de Educação. Senhor presidente, eu encaminho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, solicitando a instalação de bebedouros nos terminais de treino do Parque dos Poderes, nesta Capital. O Parque dos Poderes, que é uma referência para o país, deputado Paulo Corrêa, pelas suas belezas naturais, tem ganhado cada vez mais adeptos, e é importante colocar também à disposição do usuário esses bebedouros. Trata-se de uma reivindicação que chegou ao nosso gabinete. Por último, senhor presidente, encaminho uma moção de pesar à senhora Kátia Regina Nunes Ribeiro Motti — ela que trabalhou aqui vários anos, foi secretária do deputado Junior Mochi quando presidente desta Casa — em razão do falecimento da sua querida mãe, a senhora Niva Nunes Ribeiro, ocorrido no dia 3 do corrente mês aqui em Campo Grande. Portanto, nosso sentimento de pesar à Kátia e a todos os familiares. Era o que tínhamos, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só por uma questãozinha de ordem, gostaria de lhe lembrar que o deputado Junior Mochi já tinha encaminhado uma conversa acerca desses bebedouros, numa parceria com o Sicred. Então vou pedir para Vossa Excelência continuar tocando no assunto, e se precisar da gente, estamos à disposição.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só para esclarecer, realmente conversei, primeiro com Celso Régis, presidente da OCB, e depois me ligou um diretor do Sicredi, e eu realmente fiquei de agendar com Vossa Excelência, presidente, para ele vir até a Casa para combinar conosco essa questão dos bebedouros.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Muito bom dia, nobres pares. Muito bom dia aos que nos honram com a sua presença neste plenário, e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Desejo aos nobres pares e demais colegas um bom retorno aos trabalhos legislativos, que possamos estar aqui mais um ano trabalhando por Mato Grosso do Sul. Indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Correa Riedel, com cópias ao secretário do Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando os serviços de pavimentação asfáltica para a MS-280, em caráter emergencial, no trecho que liga os municípios de Caarapó e Laguna Carapã. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações de moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com o seu precário estado de conservação. Tendo em vista o grande fluxo de veículos no trecho, a via encontra-se em estado crítico. Segue a devida justificativa anexa, senhor presidente. Na sequência faço a leitura de um projeto de lei. "Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Sorriso Pope (Programa de Odontologia Preventiva nas escolas estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul) e dá outras providências. Artigo 1º Fica criado o Programa Sorriso Pope (Programa de Odontologia Preventiva nas Escolas Estaduais do Estado do Mato Grosso do Sul). Artigo 2º - A Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria de Estado de Educação implementarão o Programa Sorriso Pope (Programa de Odontologia Preventiva nas Escolas Estaduais do Estado do Mato Grosso do Sul), que terá como público alvo os alunos matriculados desde o primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. Artigo 3º As ações a serem desenvolvidas no âmbito das unidades de ensino, com frequência semestral, compreenderão: I - Palestras, debates, distribuição de impressos educativos, exibição de filmes exposições práticas; II - Ensino da técnica correta de escovação e do uso regular do fio dental; III- Evidenciação da placa bacteriana; IV - Aplicação tópica de flúor; V- Fornecimento de kits de higiene bucal; VI - Sendo constatada necessidade de tratamento, o aluno será encaminhado para a unidade de saúde para atendimento. Artigo 4º - Para ampliar o alcance das ações a serem desenvolvidas, poderá o Governo estabelecer: I - Parcerias com Faculdades e o Conselho Regional de Odontologia; II - Colaboração com profissionais da área, especialistas no segmento, de entidades públicas e privadas; III - Celebrar convênios com instituições públicas e/ou privadas com a finalidade de atender aos objetivos propostos nesta lei; Artigo 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias

próprias, consignadas no orçamento vigente. Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber, no prazo de 90 dias, com objetivo de promover a saúde bucal e prevenir doenças dentárias entre os alunos da educação estadual. Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificativa. A falta de cuidados com a higiene bucal pode causar prejuízos à saúde que vão além das cáries, mau hálito e inflamações nos dentes e nas gengivas. Estudos científicos comprovam que infecções bacterianas que começam na boca podem se espalhar pelo corpo através da corrente sanguínea, causando doenças nos rins, coração, hipertensão, câncer e deficiências cognitivas. Com o objetivo de combater essas causas e preservar a saúde bucal de crianças e adolescentes, apresento o presente projeto de lei para a implantação na rede estadual de ensino o programa Sorriso Pope (Programa de Odontologia Preventiva nas Escolas), com ações educativas e preventivas de saúde as quais são de baixíssimo custo considerando-se o grande benefício que proporcionam à população. A manutenção da saúde da boca não pode ser um privilégio das camadas mais favorecidas economicamente da sociedade. Ela tem de ser para todos, independente do nível socioeconômico. Além dos dissabores físicos causados por problemas relacionados à saúde bucal, há o problema psicossocial que atinge muitos jovens pelos sinais e sintomas da doença periodontal: inflamação e sangramento gengival, halitose (mau hálito) que comprometem significativamente o relacionamento social e a própria conduta pessoal de introspecção e constrangimento no ato de sorrir e falar com o próximo. Outrossim, é sabido que a população de baixa renda é internada com condições bucais preocupantes, por isso devemos evitar que essas vidas sejam banalizadas e ignoradas. Essas ações de caráter educativo e preventivo, a serem realizadas nas escolas, serão de grande importância ao beneficiar as gerações futuras com melhores níveis de saúde bucal, repercutindo positivamente no âmbito familiar, no rendimento e nas interações sociais atuais e futuras dos alunos beneficiados. Diante do exposto, solicito o fundamental apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição." A propósito, presidente, lembro que apresentamos aqui um projeto que se tornou lei, que prevê a presença de odontólogos nas UTIs do estado, o que trouxe um resultado fantástico durante a pandemia, tanto que Mato Grosso do Sul foi destaque nacional no combate a essas infecções. É um trabalho preventivo. É o que tinha, senhor presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu vim aqui para falar sobre atipicidade. Atipicidade é aquilo que não é típico, aquilo que é diferente, é aquilo que necessita de um cuidado especial. A tipicidade é reconhecida, senhor presidente, pelo Poder Judiciário, são milhares e milhares de ações ajuizadas, já verificadas... Eu tive a oportunidade, a felicidade de ter sido convidado para entrar na casa de uma dessas mães, e é uma tristeza ver o descaso do poder público com elas. Mas não quero apontar culpados, acabou a eleição, aqui há o Governo, a Assembleia, a Câmara, há os parlamentares, mas nós temos de apontar quem é que vai resolver o problema dessas mães. Chega! Estamos falando de remédio, estamos falando de fralda! Como que conseguiríamos trabalhar na Casa, senhor presidente, se houvesse aqui um deputado atípico sem uma ajuda de custo

do Poder Judiciário para usar fralda?! Será que alguém ia conseguir receber esse deputado em plenário?... Quantos parlamentares aqui não terão em sua família filhos especiais, atípicos?... Chega!... Estive em Washington, senhor presidente, lá tive a oportunidade de ler, escrito na pedra, deputada Lia Nogueira, o discurso de uma dos maiores políticos da História, Abraham Lincoln, que um dia disse o seguinte, para encerrar a guerra civil americana, uma guerra na qual os soldados pagaram uma pena muito cara... com a morte: mais de 600 mil pessoas morreram. Ele disse: "Ora, como que nós estivemos brigando contra nós mesmos?" Como que isto foi acontecer com cristão rezando para o mesmo Deus? pedindo a ajuda, a intervenção desse mesmo Deus, uns contra os outros?!... Pois parece que a história dessas mães não é tão diferente disso, porque uns rezam para que as liminares não se multipliquem ao ponto de não mais poderem ser cumpridas, e elas para garantir para si um direito básico. Diante de tal situação, como que vamos falar em aumento de salário, correção e reposição de secretário?!... Não há como não lembrar da folha secreta... Ora, essas mães estão pedindo apenas medicamento para os filhos. O que eu me pergunto, deputado Neno Razuk, deputado Lucas, deputada Lia, é quantas mães ainda terão de perder seus filhos por falta de atendimento, de remédio?...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Estendo-me um pouco, presidente, pois isso mexe com os sentimentos, ao mesmo tempo, mais revoltos e mais nobres deste parlamentar. Então eu suplico, presidente, aos poderes constituídos que se mobilizem de alguma forma para resolver o problema. E se precisarem, contem com este deputado que esteve contra!... Mas não quero aqui fazer palanque, não combinei com nenhuma mãe de aparecer aqui: a eleição acabou! É hora de resolver o problema delas. Então, antes de denunciar, antes de cobrar, antes de fiscalizar, quero pedir: cumpra-se a ordem emanada do Poder Judiciário! No discurso de Gettysburgs, para concluir, senhor presidente, a conclusão de Lincoln foi a de que o "o poder emana do povo, para o povo e pelo povo", divisa que veio a ser copiada pela nossa Magna Carta. Pois está aqui o povo, o senhor soberano — expressão presente no discurso de Vossa Excelência ontem, presidente —, pedindo solução! De forma que eu peço encarecidamente aos poderes constituídos: resolvam! E se precisarem, têm um parceiro na pessoa deste parlamentar, assim como o terão, tenho certeza, nas pessoas de todos os outros parlamentares, que não querem mais ver esse problema acontecendo. Creio que é fácil encontrar uma solução, basta todo mundo sentar e querer resolver. A hora é de se unir e resolver o problema. A eleição acabou, presidente. Desculpe-me pelo tempo, mas o problema é grave. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro, para encerrarmos o Pequeno Expediente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, bom dia, nobres pares. Cumprimento as nossas mães atípicas presentes, com elas nos solidarizamos nessa luta. Cumprimento também os nossos pescadores profissionais que se fazem presentes, nas pessoas do Clodoaldo, da Maria Antônia, do Pedro Jovem. Obrigada

pela presença. Inicia-se aí um debate bastante acalorado... Bem, gostaria de fazer uma sugestão, senhor presidente. Estamos nos aproximando do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Eu sei que as nossas mães atípicas não querem homenagens, elas querem é ver seu direito cumprido. Em todo caso, gostaria de sugerir à deputada Gleice, à deputada Lia Nogueira, à Vossa Excelência, presidente, que neste 8 de março homenageássemos as mães atípicas de Mato Grosso do Sul, que consagram a vida a cuidar dos filhos, ou de outro parente especial. É uma sugestão, depois quero conversar com as deputadas; também farei um requerimento pedindo a realização de Sessão Solene no dia 11 de março. No mais, registro duas indicações. A primeira é endereçada ao presidente do Consórcio Guaicurus, senhor Paulo Constantino, ao seu diretor-presidente, senhor Themis de Oliveira, e à prefeita municipal, senhora Adriane Lopes, solicitando a implantação de pelo menos um ponto de ônibus na rua do Selenita, nesta capital. A outra indicação vai para o nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a revitalização da pavimentação asfáltica da MS-340, no trecho que liga os municípios de Bandeirantes e Rio Negro. Antes de encerrar, faço votos de que tenhamos um ano de muita resolutividade, de muito trabalho, que possamos trazer soluções para as demandas que nos chegam. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, permissão para apresentar o Pequeno Expediente aqui da mesa. Tenho um requerimento, uma indicação e uma moção de pesar. Indicação. Indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando, em caráter de urgência, a manutenção (patrolamento e encascalhamento) da MS-441, no trecho que liga os municípios Bandeirantes e Camapuã, bem como a realização de estudos para pavimentar a referida via. Justificativa. Trata-se de um pleito que nos foi encaminhado pelos senhores Zinho Banak, presidente do Sindicato Rural do Município de Bandeirantes, Éder Zanatta e Watson Ranieri, em atendimento a uma reivindicação de produtores da região que têm passado por dificuldades ao transitar pela citada rodovia. Requerimento. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando, em caráter de urgência, informações detalhadas acerca das medidas que já foram ou estão sendo tomadas para a reforma, a manutenção e o encascalhamento das estradas rurais que dão acesso às áreas de produção agrícola e pecuária no município de Sidrolândia. Esse é um projeto que foi apresentado pela Avisidro [Associação dos Avicultores de Sidrolândia], ano passado, ocasião em se discutiram várias vias importantes cujo mau estado tem dificultado o escoamento da produção. A Avisidro vem fazendo essa reivindicação, enviou esse pedido ao nosso gabinete, enviou-o também

ao do secretário de Desenvolvimento Rural de Sidrolândia. Por fim, registro uma moção de pesar, senhor presidente, que encaminho aos familiares da senhora Silvonei Narcisa Santin, falecida no dia 24 de janeiro do corrente ano. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença neste plenário: da senhora Sumara Ferreira Lea, vice-prefeita do município de Cassilândia; do senhor Jair Ferracini, vereador do município de Bodoquena; do senhor Arlan Lopes da Silva, vice-presidente da Câmara de Bodoquena; da senhora Michele Ferreira Siqueira, vereadora do município de Bodoquena; da senhora Edineide de Carvalho, vereadora do município de Bodoquena; do senhor José Divino, o Fio do Povo, vereador de Paraíso das Águas; do senhor Regivan Moraes, vereador do município de Naviraí; da senhora Laura Mendonça e da comitiva da Maracaju, da comunicação da Câmara Municipal de Maracaju, além do seu presidente, o vereador Rener Barbosa; do senhor José Carlos Perez, o Zoinho do São Pedro, vereador do município de Inocência; do senhor Drauton, vereador do município de Inocência; do senhor Celso Aparecido Penha, vice-presidente da Câmara de Caarapó; do senhor Reginaldo, o Nado Tozzi, vereador do município de Caarapó; e do senhor Flávio Augusto, vereador do município de Caarapó. Obrigado pela presença. Para encerrarmos o Pequeno Expediente, faço a leitura do Ofício nº 50, de 4 de fevereiro de 2025: "Ao cumprimentá-lo cordialmente, com amparo no artigo 97 do Regimento Interno desta augusta Assembleia Legislativa, indico os deputados estaduais Londres Machado, do Progressistas, e Pedrossian Neto, para exercerem, respectivamente, as funções de líder e vice-líder do governo neste Parlamento, no exercício de 2025, convicto de que os parlamentares indicados desenvolverão com competência e dinamismo as atribuições. Certo de contar com a imprescindível parceria dos ilustres pares desta Casa e de continuar mantendo uma relação independente e harmoniosa com esse poder, o que tem gerado desenvolvimento para o estado, reitero os cumprimentos e apresento considerações e apreço. Assina o governador Eduardo Correa Riedel." (*De autoria do deputado Jamilson Name: cinco indicações (Prot. nºs 00019/2025, 00020/2025, 00025/2025, 00027/2025, 00038/2025). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 00017/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 00050/2025); dois requerimentos (Prot. nºs 0049/2025, 00048/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00051/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 00001/2025, 00003/2025, 00004/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00033/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00034/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 00053/2025, 00037/2025, 00037/2025); um requerimento (Prot. nº 00046/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 00037/2025, 03935/2024, 03936/2024, 03937/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: um projeto de lei (Prot. nº 00052/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: quatro moções de congratulação (Prot. nºs 00009/2025, 00011/2025, 00008/2025, 00007/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00010/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00028/2025); uma moção de louvor (Prot. nº 00006/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 00045/2025, 00044/2025, 00041/2025, 00040/2025); um requerimento (Prot. nº 00042/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 00039/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma

indicação (Prot. nº 00047/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00043/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00035/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: uma moção de pesar (Prot. nº 00026/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00032/2025, 00031/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00024/2025, 00023/2025, 00022/2025, 00021/2025); moção de pesar (Prot. nº 00018/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: dois requerimentos (Prot. nºs 00030/2025, 00029/2025). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, gostaria de inverter a minha inscrição com a da deputado Gleice Jane.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de quinze minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, caros colegas, público presente, público que nos assiste. O que me traz à tribuna é justamente o movimento que está aqui hoje na Assembleia, o movimento das mães atípicas da cidade de Campo Grande. Venho aqui para falar um pouco das experiências que essas mulheres têm trazido para esta Casas algumas vezes. Já há dois anos viemos acompanhando esse movimento, a luta dessas mães pela dignidade de seus filhos. É uma pauta muito sensível, que nós na Assembleia Legislativa precisamos acompanhar e compreender. Essas mães dependem do Estado, enquanto poder público, para garantir um mínimo de dignidade e de condições de saúde para os seus filhos. Essas mães lutam junto com mães de outros municípios também, como temos acompanhado: sabemos da dor de cada uma delas. Elas nos trazem imagens que revelam as precárias condições em que se encontram seus filhos devido ao material de péssima qualidade que vêm recebendo da administração municipal. E trazem-nos também outra preocupação, pois elas estão acompanhando o Diário Oficial do município, onde consta "fraldas de qualidade", mas elas não estão recebendo esse material. Elas também nos disseram que em média cinco mil crianças dependem desse atendimento da prefeitura, mas menos de mil estão sendo atendidas de fato. Contaram-nos também, algo que muito me preocupa, que ouviram de uma liderança política o conselho de que elas deveriam se aproximar mais da prefeita, tentar conquistá-la, para conseguirem receber esse material para as suas crianças. Isso tudo me preocupa bastante, nós acompanhamos essa luta durante o período eleitoral, esse debate que era travado no âmbito municipal veio para esta Assembleia também — essas mães foram criminalizadas durante o processo eleitoral, porque sua luta foi considerada eleitoreira. Pois hoje estamos aqui mais uma vez acompanhando essa luta, e vemos que não: essa luta não é e nunca foi eleitoreira, é uma luta realmente em defesa das crianças.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não, deputado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Meus cumprimentos a Vossa Excelência, deputada Gleice, pelo pronunciamento que faz em defesa das mães atípicas. Todos nós, campo-grandenses e sul-mato-grossenses, temos acompanhado o calvário dessas mães, sua luta para conseguir um direito social básico, que é o de serem atendidas pelos órgãos públicos, no caso concreto pela Prefeitura de Campo Grande — fralda, leite, medicamento, insumos —, para que possam dar dignidade, qualidade de vida aos seus filhos. Mas diante do descumprimento de liminares, diante do descaso, diante da tentativa de politização por parte daqueles que deveriam atender a esse pleito legítimo, quero propor uma reflexão, deputada Gleice, que é o de atacar o problema por outro flanco. Pois não existem mães campo-grandenses apenas, existem mães e cidadãs sul-mato-grossenses e brasileiras. E que, portanto, se a prefeitura da capital não tem sido eficiente, não tem atendido ao que dispõe a lei, então que possamos criar um diálogo, via Governo do estado, uma maneira legal, observando as competências, num espírito de cooperação, para encontrar uma solução — o Governo do estado precisa ser solidário nessa questão. Sugiro que esta Assembleia Legislativa forme uma comissão, da qual gostaria de participar, e convido outros parlamentares que queiram a fazer o mesmo, para fazer essa interlocução com o Governo do estado, através da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria da Cidadania; vamos falar com a secretária Patrícia Cozzolino, vamos falar quem sabe com o secretário Maurício Simões Correa; vamos ver o que SUS, no âmbito do Governo do estado, pode fazer. Em suma: estender a mão. Logicamente que não é prerrogativa do Governo prestar essa assistência diretamente, uma vez que ele é muitas vezes cofinanciador dos municípios... De qualquer maneira, não é de todo impossível, creio eu, que haja uma brecha institucional, uma forma de cooperação — porque a minha preocupação é atender essas mães. Não podemos mais deixar esse descaso ocorrer a toda hora, elas tendo de parar tudo que estão fazendo para vir aqui levantar cartaz. Eu tenho certeza absoluta de que ninguém aqui está fazendo política, ninguém pararia sua vida para vir à Assembleia Legislativa, num dia como hoje, se fosse para fazer militância política. Elas estão lutando por algo justo, digno, e esta Assembleia Legislativa não vai se calar.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado Pedro Pedrossian, concordo plenamente com Vossa Excelência, a ideia da comissão é importante, e nós temos realmente de trazer esse debate para a Assembleia Legislativa, porque a situação da capital se verifica também noutros municípios, e há situações que dependem do próprio poder estadual, e que dependem de um acompanhamento. Pois não, deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Parabéns, deputada, por trazer esse tema. Quero dizer a essas mães atípicas, *atípicas* como eu, que nós estamos empunhando essa bandeira desde o ano passado, e chega até ser deprimente elas estarem aqui novamente. No ano passado, a alegação foi de que isso era uma questão política; mas agora a eleição acabou; eu não fiz parte do grupo da atual prefeita... Ou seja, não é uma questão de ter lado "A" ou lado "B", é uma questão de humanização, é questão de ser sensível ao drama dessas mães que estão aqui lutando pela vida dos seus filhos. São mães em sua maioria solo; quando uma mãe recebe o diagnóstico de que tem um filho

atípico, ou especial, como diziam anteriormente, é muito difícil; mãe nenhuma quer ter um diagnóstico como esse, eu sei porque já enfrentei isso: o chão parece que se abre e nos engole. Esta é uma batalha pela vida, pela sobrevivência, pelos direitos... Porque quando a administração municipal de Campo Grande retira esse direito a suplementação, a medicação, a insumos, o direito está sendo tirado não é dessas mães: estão tirando dessas crianças o direito à vida. Estávamos olhando agora, presidente, a relação de insumos em falta nas UBS aqui de Campo Grande. Há mães que vão lá, judicializam, ganham, mas para ver a decisão cumprida é aquela labuta. Quero dizer que eu me somo a vocês nessa cruzada. A meu ver a Câmara de Vereadores de Campo Grande deveria considerar a possibilidade de aprovar um requerimento convocando a secretária de Saúde de Campo Grande para prestar esclarecimentos. Agora, em nível estadual — como o deputado Pedrossian Neto muito bem colocou, não se trata de mães de Campo Grande —, se Campo Grande está sendo de alguma forma até omissa com essas mães, eu tenho certeza que o Estado de Mato Grosso do Sul não será omissa, não vai deixar essas mães sozinhas nessa luta, e nós neste Parlamento poderíamos — para não ferir o princípio da legitimidade — convidar a secretária municipal a vir aqui explicar o que está acontecendo. Agora, o que não pode mais é essas mulheres, que travam uma luta desumana, ficarem sem o básico. Então, me somo a Vossa Excelência, me somo ao deputado Pedrossian Neto, para que possamos criar uma comissão — convido também o deputado Neno Razuk, que é um pai atípico. Esta é mais uma bandeira que levantamos aqui... Quando temos uma conquista de 60% de desconto no IPVA, isto também significa muito para vocês, que precisam muitas vezes levar o filho numa sessão de fonoaudiólogo, num psicólogo. Essa lei, de minha autoria, que já está valendo em Mato Grosso do Sul, trouxe um certo alento para vocês. Mas é assim... aí na contramão a gente vê a administração municipal da capital do Mato Grosso do Sul deixando vocês desassistidas. É desumano, esta é a palavra. Obrigada.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputada Lia, incorporo a sua fala ao meu pronunciamento. Pois não, deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero cumprimentar Vossa Excelência pela fala, que é suprapartidária. Ruy Barbosa, para citar outra figura célebre (já evoquei aqui Lincoln), numa lição que ficou eternizada na sua *Oração aos moços*, diz que nós temos o dever de tratar diferentemente os diferentes, para que possamos chegar ao igual, ao justo. Então, eu acho que para solucionar esse problema, que é delicado, basta criarmos essa comissão, com o deputado Pedrossian Neto, com Vossa Excelência, com todos os parlamentares... E vamos fazer o seguinte: vamos pegar essas crianças no colo, vamos entrar na casa dessas famílias, vamos ver as necessidades delas, vamos fotografar, vamos levar para os poderes constituídos (cada um com sua responsabilidade). Em nível de estado, se quiserem tirar das minhas emendas parlamentares, já fica autorizado! Estamos aí vendo um orçamento do Estado de mais de 20 bilhões! o orçamento da Capital superando quatro bi! Enquanto isso estamos com um problema aí de fralda, de remédio

para as crianças se manterem de pé! Ponham essas crianças no colo! tenham coração, vejam a atipicidade delas. Algumas crianças não enxergam. Essas mães não conseguem trabalhar. Nós somos responsáveis, nós somos corresponsáveis por essa situação, dado o silêncio desta Casa: o silêncio desta Casa nos culpa. Então, se o problema agora bate à nossa porta, quero dizer a essas mães que elas são muito bem-vindas... Nós precisamos, conforme muito bem pontua o deputado Pedrossian Neto, nos sentar com o governo e conversar, os dois corpos jurídicos, e tentar encontrar uma solução... Aliás, dentro desse sistema de corresponsabilidade, nós temos a nossa, nós que mandamos o orçamento, no qual há os convênios do Estado...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir o aparte, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Perdão, presidente, mas o tema é complexo... Nós temos a obrigação, deputada Gleice, de trazer para a briga todos os parlamentares que querem ver esse problema extirpado. Extirpar é a palavra, porque acho que nenhum parlamentar gostaria de ver esse problema acontecendo no município. Particularmente a questão me toca muito, minha família fundou a Escola Juliano Varela, a gente tem um pouco de entendimento na matéria, a gente sabe como são feitos os convênios quando Estado e Município estão dispostos a resolver. Então chega! Vamos resolver e emprestar o nosso mandato para encontrar uma solução. Obrigado pelo aparte, e mais uma vez cumprimento Vossa Excelência pela fala.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado João Henrique pelo aparte. O tempo está se encerrando, mas eu gostaria de concluir dizendo que sou professora, que acompanho essas demandas cotidianamente, tenho na família também situações como essas, acompanho enfim a luta dessas mulheres. Quando uma mãe descobre tamanho problema, seu primeiro desafio é tentar identificar as necessidades do filho, depois tem de se haver com a morosidade do Judiciário... E essa espera é um tempo de muita dor para essas mães, que não sabem o que vai acontecer, a medicação às vezes é muito cara, elas não conseguem pagar, é um verdadeiro suplício ver a vida do filho indo embora, e sem uma resposta do Poder Judiciário. Eu já acompanhei situações assim, é uma espécie de tortura. Agora estamos vendo aqui as mães que tiveram o seu direito concedido pela justiça, mas ao qual o poder público, a Prefeitura de Campo Grande não está atendendo. Em todo caso, acho que tivemos aqui boas propostas, como essa de criar uma comissão temporária, suprapartidária, presidente, para lidar com essa situação específica, para que possamos garantir que essas mães, que essas crianças, e que outras mães, tenham acesso a medicamento, a insumos, a fraldas, àquilo que for necessário para que essas crianças tenham qualidade de vida, para que essas mães também possam viver. Porque estamos falando da vida de crianças, da vida de mulheres, e o Estado de Mato Grosso do Sul tem essa responsabilidade. Fica pois a sugestão, presidente, que a Casa assuma isso como uma pauta realmente da Assembleia Legislativa. Parabéns às mães que lutam, contem conosco, que essa luta é nossa também. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Queria fazer um comunicado a Vossas Excelências. Como temos ratificados, já com a assinatura da maioria, os blocos e as lideranças, amanhã então faremos a seguinte Ordem do Dia: abre-se a sessão, Pequeno Expediente, Grande Expediente, vamos votar indicações, requerimentos e moções, sem projetos; e já fica convocada uma reunião do colégio de líderes, líderes de bloco, líderes partidários e líder de governo, com a Mesa Diretora, impreterivelmente às onze horas e alguns minutos, logo após a votação. Então faremos a reunião amanhã com essas lideranças; e de novo: sem projetos amanhã, só requerimentos e indicações. Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 205/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Denomina com o nome que especifica a Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Presidente Vargas sediada em Dourados." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para comunicar, e nós vamos formalizar, que o PL decidiu não integrar bloco: nós vamos nos organizar em bancada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É só registrar a bancada, está resolvido. Ainda em votação.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para comunicar que nas Explicações Pessoais vamos apresentar o requerimento de criação da comissão das mães atípicas; e pedimos aos colegas que acompanhem esse debate, após a votação. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 205/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto, de autoria da deputada Gleice Jane, que denomina "Professor João Ernesto de Oliveira" a quadra poliesportiva da Escola Estadual Presidente Vargas, sediada em Dourados. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Resolução nº 111/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo... Retirado de pauta devido a ausência do autor em plenário. Item 3. Em discussão única: 02 requerimentos, 20 indicações, 01 moção de aplauso e 01 moção de louvor. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 4. Moções de pesar. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor Luiz Carlos Frigeri; e proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento da senhora Maria Dolores Moreira Dias. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Mais uma vez lembro a Vossas Excelências: amanhã vamos trabalhar a constituição de comissões; e, não havendo reunião da CCJR, vamos fazer Pequeno Expediente, Grande Expediente, votação de indicações, requerimentos e outras manifestações: sem projetos, portanto, amanhã; e reunião de líderes às onze da manhã.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Só para ratificar a informação trazida pelo deputado João Henrique. O PL vai mesmo formar um bloco, senhor presidente, e o Coronel David será o líder do partido.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu fiquei com uma pequena dúvida quanto à agenda de amanhã, dúvida atroz e existencial... Eu sou do PSB, eu sou o líder de mim mesmo, eu quero saber se estou...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não! O senhor integra um bloco, se não me engano o bloco cujo líder é o deputado Jamilson.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Serei representado muito bem pelo deputado Jamilson.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Será representado pelo líder deputado Jamilson, aliás muito bem representado. Quero de antemão parabenizar os blocos que reconduziram esses dois expoentes da liderança, deputado Jamilson e deputado Marcio Fernandes; agora mais um grande líder nesta Casa, o deputado Coronel David, juntamente com o deputado Londres Machado... Ou seja, vamos ter um colégio de líderes à altura deste Parlamento, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um coronel, um general, que é o deputado Londres Machado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Coronel David e General Londres Machado — aí você imagina!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Só para retificar, senhor presidente, não é bloco do PL e sim bancada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Sim, bancada. E, para abrilhantar a liderança, a deputada Gleice Jane! Então, eis as lideranças convocadas para amanhã: deputada Gleice, deputado general Londres Machado, coronel David, Jamilson Name e deputado Marcio Fernandes. Só os líderes, o soldado Catan fica para a próxima reunião. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Esse colégio de líderes terá um antes e um depois, com a assunção do Coronel David, escute o que estou lhe falando.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É uma nova história nascendo na Assembleia... Deputado Neno Razuk, pois não.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Com certeza, presidente... Só quero ressaltar aqui o meu apoio ao nosso agora líder do PL, Coronel David. E, como está aqui o meu amigo deputado Lucas de Lima, hoje sem partido, queria convidá-lo a vir fazer parte do nosso partido, do PL: venha estar conosco em nosso bloco, deixando cada vez mais forte a nossa bancada. O deputado Lucas de Lima está convidado a integrar a bancada do PL aqui na Assembleia!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Regimentalmente ele teria de se filiar ao PL, porque no bloco, só oito; para integrar bancada, só filiado ao partido, e ele já tem compromisso: ele é progressista.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Na esteira do convite do deputado Neno, devo dizer que seria o único "L", o "L" de Lucas, que deixaríamos nossa bancada fazer. Pode vir Lucas!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pelo livro de inscrição, deputado Pedro Kemp. Transferida. Registramos e agradecemos a presença de do senhor Mateus Lino Duarte, vereador de Bela Vista.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, queria dizer ao deputado Lucas que ele deveria integrar a bancada do PL, que o deputado João Henrique está com uma vontade enorme de "fazer o L", eu acho que ele pode colaborar. É um orgulho para nós do PT ter a única líder mulher nesta Casa — infelizmente só uma mulher. Esperava que o PSDB também seguisse nessa linha, mas tudo bem, o importante é que o PT continua sempre firme na luta pelas mulheres. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Certamente Vossa Excelência trará para o colégio de líderes a sensibilidade feminina, tornando mais leve, mais puro o coração dos homens na condução dos projetos nesta Casa.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nosso líder, Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, só para fazer aqui a leitura dos membros do bloco 1. Ficaram então os deputados Junior Mochi (MDB), Marcio Fernandes (MDB), Renato Câmara (MDB), deputado Gerson Claro (PP),

Londres Machado (PP), Antonio Vaz (Republicanos), Pedrossian Neto (PSD) e Professor Rinaldo (Podemos). São oito deputados a compor o bloco, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Agradecemos a presença do senhor Jones Basso, vereador de Bela Vista.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — O bloco 2 ficou com a mesma ordem, com deputados do PSDB: Lia Nogueira, Mara Caseiro, Pedro Arlei Caravina, Jamilson Name, Zé Teixeira e Paulo Corrêa — e o nosso amigo Paulo Duarte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Lidio, se puder integrar bloco, também é bom, né?...

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Presidente, gostaria aqui de fazer um convite ao deputado Lidio Lopes: que ele venha integrar o bloco 2. Vossa Excelência está convidado aqui por todos da bancada do PSDB, pelo deputado Paulo Duarte e pelo deputado Hashioka.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Isso é um convite ou uma intimação, deputado?... Registramos a presença do senhor Jerônimo Ferreira, vereador do município de Bela Vista; do senhor Diógenes Pereira, vereador de Bodoquena; do senhor Mário Roberto, vereador de Bodoquena; do senhor João de Paula Rodrigues, vereador Bodoquena; do senhor Avani Luiz Moraes, o Juninho Moraes, vereador de Cassilândia; do senhor Peter Simon, vereador do município de Cassilândia; do senhor Max Roberto, o Max Estego, vereador lá do município de Cassilândia; do senhor Mário Francisco, o Nelvo, vereador do município de Naviraí; do Professor Leonardo, vereador do município de Paraíso das Águas; do Cabo Máximo, vereador do município de Batayporã; do senhor Diego Ricardi, vereador de Batayporã; e do senhor Lorival Olegário, também vereador do município de Batayporã. Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Deputada Gleice. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Pedrossian Neto... Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Senhor presidente, caros colegas, senhoras e senhores. Subo à tribuna para dar continuidade ao meu pronunciamento anterior. Quero fazer um requerimento, onde peço a formação de uma comissão de acompanhamento, formada por parlamentares desta Casa, para que possamos encontrar uma solução institucional para o drama que vivem as mães atípicas; e buscar uma interlocução também com o Governo do estado, ainda que a responsabilidade seja preponderantemente da Prefeitura de Campo Grande — que possamos tratá-las como

cidadãos sul-mato-grossenses e não apenas como nascidas em Campo Grande. "Requeiro a Mesa Diretora, nos termos do artigo 171, XVII, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja criada pela Mesa Diretora uma Comissão Temporária de Representação para Monitoramento e Acompanhamento das Demandas e Reivindicações do Movimento de Mães Atípicas de Campo Grande. Justificativa. O Movimento de mães atípicas, já articulado espontaneamente em Campo Grande, reivindica tratamentos médicos e outras terapias, além do fornecimento de alimentação especial e diversas demandas necessárias à garantia do bem-estar de crianças atípicas no município. Considerando a necessidade de articulação e organização das demandas reivindicadas pelo movimento em face das obrigações municipais e estaduais, justifica-se a criação da presente comissão de acompanhamento, como representantes dessa parcela da sociedade." Então convido os demais parlamentares, principalmente aqueles que fizeram uso da tribuna anteriormente tratando do assunto, deputada Gleice, deputada Lia, deputado João Henrique Catan, deputado Neno Razuk, que naturalmente tem militado nessa área, convido-os a participar dessa comissão; com a ideia de que possamos fazer uma reunião com as mães atípicas ainda nesta semana, para discutir ações e buscar essa interlocução com o Governo do estado, seja com o doutor Maurício Simões Correa, seja com a doutora Patrícia Cozzolino, de forma a encontrarmos uma maneira de fazer esse encaminhamento. Uma das ideias, senhor presidente, é tratar da questão da relação desses medicamentos. Muitas mães estão tendo de requerer judicialmente uma série de insumos, insumos esses que, se estivessem na relação nacional de medicamentos, na relação municipal de medicamentos, na relação estadual de medicamentos, não precisariam ser objeto de judicialização. Então, seria importante sairmos já com uma lição de casa para estudar, estudar quais são esses itens, quais são esses medicamentos, quais são os insumos fundamentais para dar qualidade de vida a essas crianças e a essas mães — poderíamos, através de projetos de lei, através de uma medida subscrita por esta Casa, ingressar com uma relação estadual de medicamentos e de insumos, para que o SUS estadual os possa fornecer, no caso da ausência, de uma negligência tão clara como esta do município de Campo Grande. Outra discussão, evocada pela deputada Mara Caseiro, é a desse absurdo que está acontecendo em Campo Grande: motoristas de Uber, de táxi, recusando-se transportar mães atípicas e seus filhos sob o argumento de que "nós não carregamos cadeiras". Então há certas coisas que precisamos tratar neste Parlamento, precisamos criar esse direito, estabelecendo a proibição da recusa por parte do Uber, do táxi, de transportar crianças com necessidades especiais, que precisam se deslocar muitas vezes em cadeira de rodas. Proponho então que façamos essa discussão, esse é um dos temas que vamos tratar nessa comissão. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Convoco então os senhores deputados para estarem aqui às nove da manhã, e para a reunião às onze horas do colégio de líderes desta Casa. Nada mais havendo a tratar, esta presidência dá por encerrada a presente sessão, no dia do aniversário da minha linda esposa, doutora Kátia Claro (11h20min).